

Estudo comprova malversação

Com 67 páginas, o relatório conclusivo do senador Maurício Corrêa sobre as denúncias de irregularidades no projeto de despoluição do Lago Paranoá, publicadas pelo Jornal de Brasília, faz uma análise completa de três aspectos — ambiental, técnico e financeiro. "Pertinentes à questão financeira, a Concorrência Internacional 001/87 encerra lances evidentes de malversação de recursos públicos, que a tornam extremamente lesiva ao erário do Distrito Federal", conclui o relatório.

A parte financeira é abordada de maneira didática desde os primeiros orçamentos até a assinatura dos contratos atuais entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb) e as empresas vencedoras da concorrência — Serveng-Civilsan e Andrade Gutierrez. Uma primeira concorrência foi feita em 1983, mais especificamente para a aquisição de equipamentos. Prorrogada por dez vezes, logo após a entrada do atual presidente da Caesb, Willian Penido, ela foi cancelada.

Somados os valores da concorrência para equipamentos e os orçamentos feitos para montagem e construção civil, a obra foi avaliada, em novembro de 85 — através de um convênio assinado entre Caesb, GDF, e o Banco Nacional da Habitação (BNH) — em 6.942.683 Unidades Padrão de Capital (UPCs), ou seja, cerca de US\$ 45 milhões — Cz\$ 1,6 bilhão. Esse valor incluía, além da ampliação das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEB Norte e Sul) e o tratamento terciário — feito através de produtos químicos — a compra de interceptores (canos) e elevatórias.

O contrato atual

Como foi apurado pelo JBr e concluído no relatório de Maurício Corrêa, o valor das obras de despoluição do Lago Paranoá subiu injustificadamente. O relatório aponta uma série de artifícios utilizados, como a aplicação de índices fora da prática do merca-

do, como o Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), que determina o lucro das empresas, e que de 15% subiu para 40 e 42,5% para cada uma das duas empreiteiras, Andrade Gutierrez e Serveng-Civilsan, respectivamente.

A obra foi contratada por Cz\$ 4,6 bilhões — US\$ 125 milhões a preço de junho deste ano, quando foram entregues as propostas. Maurício Corrêa considera este valor exorbitante e pede, em seu relatório, que a concorrência seja revogada, e o relatório encaminhado ao Ministério Público para apuração de responsabilidades.

Técnica

Baseado nos depoimentos de técnicos, e em documentos e estudos feitos para elaboração do projeto de despoluição do Lago, o relatório condena o processo escolhido pela Caesb, considerando uma verdadeira aventura, pois não só inexistem similares no País, como também há o enorme risco de não funcionar, envolvendo elevadíssimos custos, e estando completamente superado, já que foi planejado para uma população de 750 mil, quando está previsto 1,8 milhão de habitantes nos próximos dez anos.

O estudo da subcomissão demonstra a necessidade da confecção do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) para uma obra como a pretendida pela Caesb para despoluir o lago. A Caesb se recusou a fazer o Rima, e não solicitou a licença ambiental, alegando que estava dispensada de fazê-lo pois lhe fora outorgada, segundo antiga legislação, a condição de órgão de defesa ambiental, considerando os estudos por ela realizados ao longo dos anos, como o próprio Rima.

"Tal interpretação é, no mínimo, aberrante. Eis que é inconcebível, a toda evidência, que o próprio interessado na execução do projeto seja o elaborador do Rima", analisa o relatório, lamentando que a "chefia do Executivo local (governador)" tenha estimulado este lamentável quadro.